



INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ESTRANGEIRA NA CONSTRUÇÃO DA COMPREENSÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES NO BRASIL

Mariana Elis. C. Gomesⁱ

Rafaela F. Dinizⁱⁱ

Vitória Moraes dos A. Césarⁱⁱⁱ

Cintia Garabini Lages^{iv}

INTRODUÇÃO: Com o novo código de processo civil em 2.015, introduziu-se no Direito brasileiro, o instituto do precedente judicial, parâmetro decisório natural dos países que adotam o sistema jurídico costumeiro. A presente pesquisa objetiva verificar em que medida o debate teórico brasileiro acerca da natureza, aplicação e obrigatoriedade dos precedentes é influenciado pelas compreensões acerca dos mesmos presentes no Direito estrangeiro, em especial, nos estados que adotam o sistema da common law. Foram definidos como objetivos específicos a identificação das principais produções científicas dos juristas integrantes da comissão que elaborou o projeto do novo CPC, bem como o levantamento das principais produções científicas sobre o tema no Brasil, identificando-se os principais teóricos estrangeiros citados, suas compreensões acerca do sentido e função dos precedentes, traçando paralelo entre estas e as concepções adotadas pelos autores brasileiros. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa, do tipo básica, adota como procedimento de coleta de dados a revisão bibliográfica e análise quali e quantitativa das produções científicas dos autores estrangeiros identificados e sua influência em relação à temática em estudo no Brasil. **RESULTADOS e DISCUSSÃO:** São resultados parciais referentes ao objetivo da identificação das produções científicas dos membros da comissão de juristas 2015: dos 12 juristas que participaram da comissão, 9 possuem currículo na Plataforma Lattes, dentre estes, 5 publicaram sobre o tema totalizando 24 artigos, 21 livros, 14 capítulos de livros. As produções identificadas foram objeto de leitura para a verificação de eventual referência à compreensão dos precedentes com base em autores estrangeiros,

ⁱ Pesquisadora voluntária e graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim.

ⁱⁱ Pesquisadora bolsista e graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim.

ⁱⁱⁱ Pesquisadora voluntária e graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim.

^{iv} Professora Doutora do curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim.

utilizando-se como critério de identificação o termo precedente e seus correspondentes identificados no Tesouro adotado pelo Supremo Tribunal Federal. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se, preliminarmente, pelo insignificante número de produções científicas dos juristas participantes da elaboração do CPC, bem como pela ausência de referenciais teóricos estrangeiros que permitam identificar uma possível contribuição para a construção do sentido do instituto do precedente no direito brasileiro.

Palavras-chave: Precedentes. Novo Código de Processo Civil. *Common law*. *Stare decisis*.

Keywords: Precedents. New Code of Civil Procedure. Common law. *Stare decisis*.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Teresa Celina de Arruda. **Currículo Lattes**. 2021. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/2042349916662446. Acesso em: 12 abr. 2021.

BEDAQUE, José Roberto. **Currículo Lattes**. 2019. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/4882467055578030. Acesso em: 12 abr. 2021.

CHAMON Junior, Lúcio Antônio. Teoria da Argumentação Jurídica: constitucionalismo e democracia em uma reconstrução das fontes no Direito Moderno. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 149.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Currículo Lattes**. 2010. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/8341329718425838. Acesso em: 12 abr. 2021.

FUX, Luiz. **Currículo Lattes**. 2021. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/9452080011217613. Acesso em: 12 abr. 2021.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

LAGES, Cintia Garabini; CHAMON JUNIOR, Lúcio Antônio. Acerca da segurança jurídica e da uniformidade das decisões a partir do novo código de processo civil à luz do modelo constitucional do processo brasileiro. Volume 7, número 2. agosto. 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Currículo Lattes**. 2021. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/4399822010107505. Acesso em: 12 abr. 2021.

MITIDIERO. Daniel. Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 18.

NASCIMENTO, Bruno Dantas. **Currículo Lattes**. 2021. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/5684405436181650. Acesso em: 12 abr. 2021.

NUNES, Elpidio Donizetti. **Currículo Lattes**. 2018. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/4852602022264199. Acesso em: 12 abr. 2021.

PEREIRA FILHO, Benedito Cerezzo. **Currículo Lattes**. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/2965843631678123. Acesso em: 12 abr. 2021.

SENADO FEDERAL. 2015. *Código de processo civil e normas correlatas*. Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 313 p. 29. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/514048/CPC_8ed_2015.pdf?sequence=1. Acesso em 30 de junho de 2017.

STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto – o precedente judicial e as súmulas vinculantes?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Currículo Lattes**. 2012. Disponível em: www.lattes.cnpq.br/3540373246511222. Acesso em: 12 abr. 2021.